

Pobreza Rural no Brasil: uma Questão de Ativos

Sergei Soares (Ipea/IPC-IG); Laetícia R. De Souza (IPC-IG); Wesley Silva, Consultor Estatístico e Fernando Gaiger Silveira (Ipea/IPC-IG)

Esta é uma síntese dos principais resultados do estudo do perfil da pobreza rural nas regiões norte e nordeste brasileiros.¹ A pobreza e a extrema pobreza vêm diminuindo de modo expressivo no Brasil, nos últimos 10 anos (2004-2013). A prevalência da pobreza caiu de 20 por cento para pouco mais de 9 por cento da população. No caso da extrema pobreza, a prevalência caiu de 7 por cento para 4 por cento. Verificam-se, no atual momento, dificuldades em dar sequência à queda, pois os dois principais propulsores desses avanços vêm arrefecendo-se. O mercado de trabalho piora a cada dia, e o gasto social encontra-se sob escrutínio no cenário de ajuste fiscal.

A redução da pobreza não se fez acompanhar de alterações estruturais em seus principais aspectos ou perfis. Ainda que determinados grupos vulneráveis tenham apresentado quedas mais acentuadas que as observadas para o Brasil, as regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores taxas de prevalência de pobreza e extrema pobreza, assim como as áreas rurais em todas as regiões. Dos quase 5 milhões de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza nas regiões Norte e Nordeste em 2013 – dados da PNAD –, pouco mais de 2,2 milhões (46 por cento) vivem em domicílios classificados como agrícolas ou pluriativos.

Chama atenção a acentuada queda na extrema pobreza entre os domicílios agrícolas brasileiros. No caso da região Nordeste, enquanto a pobreza extrema reduziu-se para menos da metade entre os domicílios nordestinos tomados de forma agregada, nos domicílios agrícolas, tal queda foi de quase dois terços. Ainda assim, a prevalência da extrema pobreza entre domicílios agrícolas e pluriativos permanece elevada, afetando mais de 2 milhões de residentes nesses domicílios no Norte e Nordeste do país (12 por cento desses residentes). Muitos dos agricultores pobres migraram para a pluriatividade, de modo que eles possuem rendas significativas tanto de fontes agrícolas como não agrícolas, em que a taxa de pobreza quase não se alterou. O desafio que se coloca, portanto, é melhorar o rendimento agrícola para se manter a queda da pobreza entre domicílios agrícolas e para também ser disparada uma queda na pobreza entre domicílios pluriativos.

Técnicas de espacialização de dados com base no Censo de 2010 destacam os seguintes territórios como os com maior taxa de extrema pobreza entre os domicílios agrícolas e pluriativos: oeste do Maranhão; entre o sul do Piauí e o Noroeste da Bahia; e oeste do Amazonas. Os territórios com as mais baixas taxas de extrema pobreza são: Rondônia; sul da Bahia; e Oeste de Tocantins. O sul do Pará destaca-se por ser um conglomerado de baixa pobreza, considerando-se apenas os domicílios agrícolas e pluriativos.

Domicílios agrícolas e pluriativos em situação de pobreza caracterizam-se por não disporem de terra suficiente, pelo predomínio do trabalho informal e por elevados índices de subocupação – menos de 20 horas semanais –, baixa escolaridade e de capital.

Nos mapas seguintes, o da esquerda mostra a distribuição da extrema pobreza entre domicílios agrícolas em 2010 e o da direita demonstra a distribuição da posse de tratores (em ambos, o tom mais escuro significa maior incidência). Os mapas mostrando acesso ao crédito ou extensão de terras revelariam perfil semelhante ao da posse de tratores.

As distribuições geográficas da prevalência de extrema pobreza e da posse de ativos, quase sem sobreposição alguma, sugerem que o fator que torna os domicílios agrícolas extremamente pobres seja o acesso a ativos.



Esse fato é auspicioso para as políticas públicas, pois fornecer ativos a domicílios é tarefa de operacionalização relativamente mais próxima das capacidades do estado e de seus parceiros. Em outros projetos econômicos, os ativos não são tão relevantes. Nos mercados de trabalho urbanos, por exemplo, redes sociais, capital social e outras dinâmicas de mais difícil intervenção são cruciais. Contudo, na agricultura brasileira atual, é preciso tratar-se de ativos.

Figura 1. Taxa de Extrema Pobreza em Domicílios Agrícolas

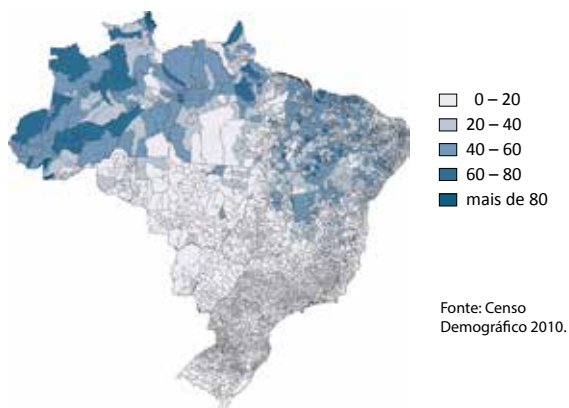
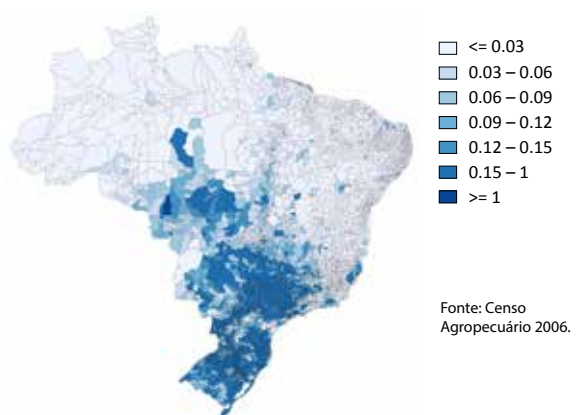


Figura 2. Média de Tratores por Estabelecimento da Agricultura Familiar



Nota:

1. SOARES, F., et al. O Perfil da pobreza rural nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *IPC-IG Working Paper*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, UNDP (no prelo).

Este *One Pager* é uma parceria entre o IPC-IG e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).